

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE DIREITO - DIR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD
CURSO - MESTRADO

A PRÁTICA DA TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA
EM UM SISTEMA DE ESTADOS GLOBALIZADOS E
INTERDEPENDENTES

TAÍS GOMES PRATES
FLORIANÓPOLIS/SC – 2013

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Doutor Everton das
Neves Gonçalves

Florianópolis/SC - 2013

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

| | |
|--|----|
| 1. O ESTADO E A ATIVIDADE TRIBUTÁRIA | 15 |
| 1.1. Financiamento do Estado | 15 |
| 1.2. O Estado fiscal | 19 |
| 1.3. Tributo: surgimento e evolução | 20 |
| 1.4. Influência da Tributação na Atividade Privada | 23 |
| 1.5. Concorrência Fiscal entre os Países | 26 |
| 1.6. Direito Tributário Internacional | 28 |
| 1.6.1. Elementos de Conexão | 29 |
| 1.6.2. Limite das Leis Tributárias Internacionais | 31 |
| 1.6.3. Fontes do Direito Tributário Internacional | 22 |
| 1.6.4. Concurso de Leis | 34 |
| 1.7. Elisão, Elusão e Evasão Fiscal | 36 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| 2. PARAÍSO FISCAL: PRÁTICA DA TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA | 38 |
| 2.1. Definição de “paraísos fiscais” | 38 |
| 2.2. Origem | 41 |
| 2.3. Evolução do Sistema Financeiro Internacional | 43 |
| 2.3.1. Euromercados | 44 |
| 2.3.2. Petrodólares | 45 |
| 2.3.3. Mercados Financeiros Globais | 45 |
| 2.4. Classificação | 47 |
| 2.4.1. Quanto ao regime jurídico-tributário | 47 |
| 2.4.1.1. Paraísos Fiscais Puros | 47 |
| 2.4.1.2. Paraísos Fiscais Liberais | 47 |
| 2.4.1.3. Paraísos Fiscais com Tratados | 48 |
| 2.4.2. Quanto à espécie de favorecimento | 48 |
| 2.4.2.1. Países com Regime Societário Favorecido | 48 |
| 2.4.2.2. Países com Regime Bancário e Financeiro Favorecido | 48 |
| 2.4.2.3. Países com Regime Penal Favorecido | 49 |
| 2.5. Utilização dos Paraísos Fiscais | 49 |
| 2.5.1. Planejamento Tributário | 50 |
| 2.5.2. Operações com preços de transferência | 51 |

| | |
|---------------------------------|----|
| 2.5.3. Lavagem de capitais..... | 53 |
|---------------------------------|----|

CAPÍTULO III

3. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS AOS PARAÍSO

| | |
|--|-----------|
| FISCAIS..... | 57 |
| 3.1. Sigilo Societário: ações ao portador..... | 57 |
| 3.2. Sigilo Bancário: contas numeradas..... | 58 |
| 3.3. Regimes Societários Diferenciados | 59 |
| 3.3.1. <i>Trust</i> | 60 |
| 3.3.2. Empresas <i>offshore</i> | 61 |
| 3.3.2.1. Sociedade Condutora..... | 62 |
| 3.3.2.2. <i>International Holding Company</i> | 62 |
| 3.3.2.3. <i>Trading Company</i> | 63 |
| 3.3.2.4. Sociedades de artistas..... | 63 |
| 3.3.2.5. Sociedade-Base..... | 64 |
| 3.3.2.5.1. Sociedade de Seguros..... | 64 |
| 3.3.2.5.2. Sociedade Prestadora de Serviços..... | 64 |
| 3.3.2.5.3. Sociedades de Intermediação financeira..... | 65 |
| 3.3.2.5.4. Sociedades de Licenciamento..... | 65 |
| 3.4. Elenco de países tidos como paraísos fiscais..... | 65 |
| 3.4.1. Andorra..... | 66 |
| 3.4.2. Antígua e Barbuda..... | 66 |
| 3.4.3. Bahamas..... | 67 |
| 3.4.4. Ilhas Bermudas..... | 69 |
| 3.4.5. Ilhas Cayman..... | 71 |
| 3.4.6. Ilhas Cook..... | 76 |
| 3.4.7. Libéria..... | 77 |
| 3.4.8. Liechtenstein..... | 78 |
| 3.4.9. Mônaco..... | 83 |
| 3.4.10. Panamá..... | 84 |
| 3.4.11. Suíça..... | 86 |
| 3.4.12. Ilhas Virgens Britânicas..... | 89 |

CAPÍTULO IV

| | |
|---|------------|
| 4. INTERDEPENDÊNCIA E COOPERAÇÃO: REGULAÇÃO DOS PARAÍSOIS FISCAIS..... | 92 |
| 4.1. Fenômeno da Interdependência entre os Estados..... | 92 |
| 4.1.1. Soberania dos Estados no modelo interdependente..... | 94 |
| 4.1.2. Globalização..... | 96 |
| 4.1.3. Cooperação Internacional..... | 97 |
| 4.2. Papel das Organizações Internacionais..... | 98 |
| 4.2.1. OCDE..... | 99 |
| 4.2.1.1. Relatório: concorrência fiscal prejudicial..... | 101 |
| 4.2.1.1.1. Objetivos, natureza e âmbito de aplicação..... | 101 |
| 4.2.1.1.2. Recomendações..... | 102 |
| 4.2.1.1.3. Critérios de identificação..... | 104 |
| 4.2.1.2. Fórum..... | 105 |
| 4.2.1.3. Classificação como “paraíso fiscal”..... | 107 |
| 4.2.1.4. Princípio da Transparência..... | 109 |
| 4.2.2. ONU..... | 109 |
| 4.2.2.1. Criação do Grupo de Peritos..... | 111 |
| 4.2.2.2. Criação de uma Organização Tributária Internacional..... | 112 |
| 4.2.3. OMC..... | 113 |
| 4.2.4. ATTAC..... | 115 |
| 4.2.5. GAFI..... | 117 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 120 |
| REFERÊNCIAS..... | 124 |

INTRODUÇÃO

A relação tributo - contribuinte é marcada desde sempre por um confronto de ideias. De um lado, o contribuinte tende a ver o tributo como uma interferência estatal em seu patrimônio; de outro, o tributo representa um pilar fundamental para o funcionamento do Estado, ficando, no meio termo entre a liberdade privada de organizar seus negócios e a necessidade do Estado em arrecadar.

O Princípio da Soberania dos Estados, tutelado pelo Direito Internacional através do artigo 2º da Carta das Nações Unidas assinada em 1945, garante que, dentro de seu território, o Estado é soberano.

Esta prerrogativa permite aos Estados tributar na medida em que lhes for necessário e, em decorrência, poderá ocorrer excesso de tributação por parte de alguns e no outro extremo, pouca ou inexistente tributação por parte de outros.

Em um mundo de economias globalizadas e interdependentes a utilização destes países com tributação baixa ou nula, chamados “paraísos fiscais”, proporciona uma vantagem competitiva àqueles que buscam a alternativa menos onerosa para seus negócios, desta forma seu uso tornou-se corriqueiro para aqueles que podem, por assim dizer, “fugir” da obrigação tributária. Por outro lado, os demais Estados acabam repassando para quem “fica” e submete-se a jurisdição Estatal, os custos de seu funcionamento.

Nessa perspectiva o presente trabalho analisa a prática da tributação favorecida e a sua utilização; se é somente em busca de favorecimento fiscal que os “paraísos fiscais” são utilizados; se há a necessidade de regulação destes países e, havendo, de que formas ela pode ser implementada.

Para fins de abordagem, considerar-se-ão os países de maneira exemplificativa em razão de não haver uma identificação precisa e unificada de todos os paraísos fiscais, pois, dependendo da análise, quase todos os países poderiam ser considerados como tal na medida em que a renúncia de receitas como forma de atração de investimentos sempre foi uma prática comum à maioria dos Estados.

Salienta-se que no decorrer do trabalho serão apresentados dados atuais e históricos que, em face à atual conjuntura econômica, financeira e social, estão em constante discussão.

O tema será analisado em quatro partes, sendo que, no Primeiro Capítulo serão abordadas questões sobre a necessidade financeira dos Estados, a legítima opção dos indivíduos pela alternativa menos onerosa, as definições existentes no Direito Tributário Internacional e na doutrina sobre as questões referentes à dupla tributação, elementos de conexão, elisão, evasão e elusão fiscal; e a existência da concorrência entre os Estados na área fiscal.

A seguir será estudada a prática da tributação favorecida através dos países denominados de “paraísos fiscais”, buscando na doutrina as diferentes conceituações, seu surgimento, classificação e forma com que são utilizados, seja com o fim de planejamento

tributário, lavagem de dinheiro ou operações envolvendo preços de transferência.

No Terceiro Capítulo discorrer-se-á sobre as características essenciais dos “paraísos fiscais”, sendo analisadas as principais formas jurídicas adotadas pelas empresas e sociedades nestes países, a oferta de sigilo bancário e fiscal como forma de atração para o capital, e, a título exemplificativo, algumas jurisdições que se caracterizam por apresentarem as condições necessárias para serem classificadas como tal.

Por fim, verificar-se-á as medidas adotadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Organização Mundial do Comércio - OMC, Organização das Nações Unidas - ONU, Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos - ATTAC e Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI no combate às práticas prejudiciais relacionadas aos “paraísos fiscais” e a análise da situação de interdependência entre os Estados como forma de pressão política e negociação na tentativa de regulação desses países via Organizações Internacionais.